

# Leitura da Realidade Municipal



## Plano Diretor Participativo

---

## INTRODUÇÃO

---

A primeira etapa de elaboração do Plano Diretor correspondeu à realização do inventário preliminar (RIMP) e da oficina de trabalho municipal, à formação da equipe municipal e do Núcleo Gestor Municipal, culminando com o lançamento público das atividades do processo.

Inicia-se, neste momento, um novo momento chamado Leitura da Realidade Municipal, cujo objetivo principal é conhecer o município por meio de diferentes dados, informações, métodos e percepções dos segmentos sociais. Trata-se de uma tentativa de interpretação da realidade municipal considerando toda a sua complexidade e especificidade.

Nesta etapa, o saber técnico, utilizado na elaboração e análise dos dados, tabelas, planos de governo, programas, mapas, plantas, soma-se e interage com o saber popular, que é a percepção e a reflexão sobre o território feita pelos próprios cidadãos.

Portanto, a etapa de Leitura da Realidade Municipal não é exclusiva de especialistas. O estudo e a discussão sobre o território devem contemplar a participação de diferentes segmentos da sociedade. Ao final, as leituras técnica e comunitária completam-se em uma leitura compartilhada do espaço urbano e rural, do espaço protegido e do espaço construído.

Já no I Fórum Regional, foram abordadas as primeiras informações, sobre a etapa de leitura, referentes aos:

- levantamento de informações primárias e os instrumentos de coleta (Cadastro Técnico Imobiliário, Cadastro Técnico de Saúde etc);
- levantamento de informações secundárias (IBGE, IPEA, IBAMA etc);
- registro e a análise das informações;
- produtos cartográficos nas escalas regional e municipal (rural e urbana);
- definição das informações a serem coletadas (legislação, planos, programas, dados socioeconômicos, aspectos demográficos, estrutura físico territorial etc);
- explanação do conceito de mapa temático;
- formas de atualização da base cartográfica (utilizando o cadastro imobiliário e o cadastro de saúde, sem ou com correções; utilizando apenas o cadastro de saúde; ou através do meio expedito);
- início da preparação dos mapas temáticos (de uso do solo; densidade habitacional; áreas de risco; gabarito; tipologia habitacional; esgotamento sanitário; abastecimento de água; drenagem; rede elétrica; rede telefônica; e rede de equipamentos).

O II Fórum Regional, por sua vez, complementarará as informações da leitura técnica e abordará os procedimentos para a realização da leitura comunitária e, por fim, da leitura compartilhada.

Neste material didático, serão apresentados outros mapas (delimitação de áreas de preservação, sistema viário, espaços públicos, vazios urbanos e áreas devolutas, etc.) referentes ao conteúdo mínimo do Plano Diretor, complementando os mapas já elaborados na primeira etapa.

Ressalta-se, ainda neste texto, a definição e as atividades da leitura comunitária explicitando o seu objetivo e sua importância. As formas de repasse das informações da produção técnica, objetivando capacitar os atores sociais, também serão esclarecidas.

Tendo em vista a necessidade de dinamizar o processo, a vasta dimensão territorial de alguns municípios e o acesso a áreas interioranas, foi incorporado à etapa de leitura comunitária, além da coleta de informações, o registro dos temas preliminares que venham a surgir nas reuniões comunitárias. As definições do conteúdo e os procedimentos a serem adotados estão descritos nesse material.

Por outro lado, faz-se necessário reunir, ordenar, sistematizar e interpretar as informações resultantes da fusão das duas leituras (técnica e comunitária). Na leitura compartilhada, as questões fundamentais para o desenvolvimento do município devem ser divulgadas e apresentadas em uma audiência pública de Leitura da Realidade Municipal.

Chegou o momento, portanto, de concentrar forças, somar esforços para superar os obstáculos e realizar a Leitura da Realidade Municipal mais abrangente e participativa possível. Mãos à obra!!!

---

## REALIZANDO A LEITURA TÉCNICA

---

O Plano Diretor Participativo, de acordo com o art. 40 do Estatuto da Cidade é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” do município.

Desse modo, seu conteúdo considera aspectos ambientais, culturais, turísticos, econômicos e sociais, de forma articulada e regional, embora enfatize os traços específicos do município.

Na leitura técnica os dados e informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infra-estrutura disponíveis sobre a área rural e urbana do município são coletados, estudados, comparados e analisados.

### Quem participa da realização da leitura técnica?

Por exigir um conhecimento técnico, participam da análise dos dados e informações, a equipe técnica da Prefeitura, os técnicos integrantes do Núcleo Gestor, com o apoio dos técnicos das associações e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Pará - SEDURB.

No entanto, deve-se registrar que a reunião das informações para a realização da análise dos municípios pode contar com colaboradores que, não necessariamente, possuem formação acadêmica, como por exemplo, os demais funcionários da prefeitura, lideranças comunitárias, etc.

### Qual importância da leitura técnica?

A análise do município contribui para conhecer a sua realidade, ou seja, para revelar a diversidade e as potencialidades da área urbana e rural; as irregularidades e diversos interesses em conflito; e, as desigualdades entre as áreas mais desenvolvidas e as mais carentes (entre zona urbana e rural; ou entre bairros de uma cidade).

A leitura técnica possibilita, ainda, a reflexão sobre os problemas territoriais e ambientais, as vocações e tendências do município, e as possibilidades de estabelecer alianças e parcerias, na proposição e gestão de alternativas para o desenvolvimento municipal.

### Qual o conteúdo mínimo da leitura técnica?

Diferentes mapas, gráficos, tabelas e textos técnicos podem ser elaborados para subsidiar a elaboração do Plano Diretor. No entanto, considerando o tempo e os recursos financeiros disponíveis, será ressaltada a necessidade de confecção dos instrumentos relacionados aos temas do conteúdo mínimo estabelecido pela Resolução nº 34, de 01 de julho de 2005, do Conselho das Cidades.

De acordo com o **Artigo 1º** e seus incisos, as estratégias estabelecidas no plano diretor devem considerar o território rural e urbano, as propriedades tanto privada como pública, a adequação aos espaços territoriais adjacentes.

Para contemplar os requisitos citados é importante a elaboração:

- da **base cartográfica** do município **atualizada**. O mapeamento deve considerar a área urbana e rural do território (já realizado).
- do **mapa de uso e ocupação do solo** delimitando os **espaços públicos e os loteamentos existentes**, além das funções rurais e urbanas em cada propriedade pública ou privada. (já realizado).

- do **mapa de inserção regional** que possibilite a visualização do município em relação aos espaços territoriais adjacentes.

No **Artigo 2º** e seus incisos, as funções sociais da cidade e da propriedade urbana serão definidas de forma a garantir a essas áreas os serviços e equipamentos públicos. De acordo com a Lei 6766/79, Art. 50, considera-se equipamentos públicos urbanos: abastecimentos de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefonia e gás canalizado.

Os mapas que contribuirão para a identificação das áreas ainda não contempladas com os serviços e equipamentos públicos são:

- **mapa de abastecimento de água** identificação das áreas com e sem canalização (já realizado).
- **mapa de esgotamento sanitário** identifica as áreas com e sem serviço de esgotamento sanitário ou áreas com serviços precários (já realizado).
- **mapa de rede elétrica** identificação das áreas cobertas com e sem iluminação pública (já realizado).
- **mapa de rede telefônica** identificação das áreas com e sem rede telefônica (já realizado).
- **mapa pavimentação** identificação das ruas e avenidas pavimentadas e seu estado de conservação (já realizado).
- **mapa da coleta de resíduos sólidos** identificação das áreas com e sem coleta periódica de lixo, bem como aquelas que realizam coleta seletiva. (já realizado).
- **mapa da rede de equipamentos** identifica os espaços coletivos urbanos e comunitários (hospitais, centros comunitários, postos de saúde) (já realizado).
- **mapa da distribuição das escolas e creches** identificação das escolas primárias, secundárias, profissionalizantes, e ensino superior.
- **mapa da escolaridade** demarcar as áreas mais carentes do território em escolas (primárias, secundárias e de formação técnica) de acordo com a quantidade de crianças e adolescentes atendidos por área.

Ainda de acordo com **Artigo 2º**, as funções sociais da cidade e da propriedade urbana serão definidas de forma a garantir a mobilidade (sistema viário, transporte e acessibilidade), o manejo sustentável das águas pluviais, bem como áreas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

Assim como, terra urbanizada para todos os segmentos sociais, (especialmente a população de baixa renda e as populações tradicionais), áreas para todas as atividades econômicas (especialmente para os pequenos empreendimentos comerciais, industriais, de serviço e agricultura familiar).

Os mapas que podem contribuir para o estudo e as propostas relacionadas a esses incisos são:

- **mapa do sistema viário** contribui para o estudo da mobilidade e do transporte, identificando os

pontos de conflito entre automóveis, bicicletas, pedestres, carroças e motos e os pólos geradores de tráfego.

- **mapa de drenagem** identificando os principais pontos de alagamentos durante o período das chuvas que precisam ser reestruturados (já realizado).
- **mapa de acessibilidade urbana** contribui para identificação dos locais prioritários para reestruturação quanto a acessibilidade (espaços e edificações públicas geralmente freqüentado por idosos, crianças e portadores de necessidades especiais, como praças, museus, prefeitura, parques etc).
- **mapa das áreas de proteção ambiental** delimitação das áreas de proteção, preservação, uso sustentável e recuperação do meio ambiente natural.
- **mapa das reservas extrativistas** identificação das áreas de reserva extrativistas.
- **mapa do perímetro histórico** delimitação das áreas de proteção, preservação e recuperação do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.
- **mapa de evolução urbana** identifica as áreas que sofreram expansão e em que época isso aconteceu. Mapa importante para delimitar o perímetro histórico e para delimitação do perímetro urbano (pois verifica se o crescimento da área urbana está ocorrendo para uma direção adequada).
- **mapa do perímetro urbano** delimita a área urbana.
- **mapa de distribuição de renda** para espacialização das diferentes faixas de renda no território.
- **mapa das reservas de comunidades tradicionais** com a demarcação das terras indígenas ou ribeirinhas.
- **mapa das atividades econômicas** formais e informais, identificando os empreendimentos comerciais, industriais, de serviço e agricultura familiar.

O Plano Diretor, de acordo com o **Artigo 3º** deverá determinar critérios: para a caracterização de imóveis não edificados, subutilizados, e não utilizados; e para a aplicação do instrumento de estudo de Impacto de Vizinhança. Deve, ainda, definir os perímetros (urbanos, históricos etc) consolidando a legislação incidente sobre o uso e ocupação do solo no território do município. É interessante para visualizar essas informações a elaboração:

- **mapa dos usos dos lotes** com a localização dos imóveis não edificados, subutilizados, e não utilizados localizados em áreas dotadas de infraestrutura.
- **mapa das áreas impróprias para ocupação** este mapa junto com os mapas dos sistema viário (identifica os pólos geradores de tráfego) e das áreas de preservação ambiental e cultural são importantes para definição de critérios para aplicação do instrumento de estudo de Impacto de Vizinhança.

O **Artigo 4º** refere-se ao caso em que o plano diretor determine a aplicação dos instrumentos dos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 da Lei do Estatuto da Cidade. Já o **Artigo 5º**, aborda a instituição das Zonas Especiais destinadas: as áreas para assentamentos e empreendimentos urbanos e rurais de interesse social; a ocupação das comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas); área sujeita a inundações e deslizamentos, bem como as áreas que apresentem risco à vida e à saúde; demarcar os assentamentos irregulares ocupados por população de baixa renda para a implementação da política de regularização fundiária.

Para este artigo, alguns mapas já citados também ajudarão nas demarcações do território, como, por exemplo, o mapa das reservas das comunidades tradicionais, outros, no entanto devem ser elaborados:

- **mapa das áreas de risco** demarcando as áreas sujeitas as inundações e deslizamentos ou que apresentem risco à vida (próximo a voçoroca) e à saúde (próximos a depósitos de lixo). Legenda: área alagadiça; encosta; sob fio de alta tensão.
- **mapa densidade construtiva** identificando as áreas com edificações de maior altura (já realizado).
- **mapa de tipologia** áreas habitacionais definindo diferentes padrões existentes no Município (já realizado).
- **mapa das áreas de risco de veiculação de doenças** identificando os locais com alto risco de contaminação.
- **mapa de densidade populacional** contendo a identificação dos locais de concentração da população na área urbana.
- **mapa de poluição** identificando os pontos de lançamento de esgoto in natura, depósito de resíduo sólido e hospitalar, resíduo industrial, contaminação do solo.

Os **Artigos 6º e 7º** referem-se ao Sistema de Acompanhamento e Controle Social e aos Instrumentos de Gestão Democrática, sua finalidade, requisitos e procedimentos adotados para aplicação (conselhos, conferências, audiências, consultas públicas, plebiscito, referendo).

O **Artigo 8º** refere-se aos casos das cidades com mais de quinhentos mil habitantes, onde o art. 41, § 2º do Estatuto da Cidade prevê a elaboração do plano de transporte urbano integrado.

É interessante, apesar dos artigos da resolução não citarem, a elaboração dos seguintes mapas referentes à área rural:

- **mapa do uso das terras** contendo a demarcação das áreas urbanizadas, dos tipos de culturas, pastagens, reflorestamento, e outros usos.
- **mapa de adequabilidade dos usos das terras** contendo as áreas com uso adequado ou inadequado, as terras subutilizadas ou sobreutilizadas.
- **mapa da situação legal dos usos das terras** onde estarão localizadas as áreas em conformidade com a legislação e os usos em conflito com a legislação.
- **mapa das potencialidades turísticas** com base nos mapas das áreas de preservação, tanto natural quanto cultural, pode-se identificar os recursos turísticos do município. Caso necessário, esse mapa pode ser dividido em mapa de recursos naturais e mapa de recursos culturais.

### **Qual são as estratégias básicas para realização da leitura técnica?**

O passo a passo inicia-se com a definição e o levantamento de informações primárias (Cadastro Técnico Imobiliário, Cadastro Técnico de Saúde etc) e secundárias (IBGE, IPEA, IBAMA etc). As legislações ambientais e urbanísticas (municipais, estaduais e federais), planos, programas, dados socioeconômicos, aspectos demográficos, estrutura físico territorial também são coletadas de acordo com os tipos de mapas e conteúdo úteis para elaboração das propostas de desenvolvimento do município.

Definição da base cartográfica que será utilizada para mapear as informações coletadas. É preciso definir as escalas das bases cartográficas que serão utilizadas no mapeamento municipal e urbano.

As Secretarias da administração municipal possuem informações importantes que devem ser reunidas, tais como:

- Secretaria de Obras: propostas relacionadas aos espaços e edifícios públicos (ruas, praças), ao sistema viário, às áreas verdes, à infra-estrutura.
- Secretaria de Saúde: cadastro de saúde e as informações das áreas de atuação de cada Agente Comunitário de Saúde (renda familiar, condições de moradia, saneamento básico, mapas das áreas).
- Setor de Tributos: cadastro imobiliário (localização das áreas residenciais e atividades comerciais).
- Secretaria de Educação: número de alunos, de professores e de escolas (particulares, públicas, centro de educação infantil, ensino fundamental, educação especial, jovens e adultos),
- Secretaria de Ação Social: cadastro dos programas de terceira idade e dos portadores de necessidades especiais; cadastro dos dados com relação as crianças e os adolescentes; cadastro habitacional da população de baixa renda etc.
- Secretaria de Meio Ambiente: áreas de preservação, de proteção dos mananciais, unidades de conservação, legislação ambiental, ocupações irregulares, focos de poluição ambiental, contaminação do solo e dos recursos hídricos, áreas em conflito com a legislação, áreas de reserva extrativista, reservas de comunidades tradicionais.
- Secretaria de Agricultura: propriedades produtivas e improdutivas, áreas de restrição à expansão urbana, localização das áreas de cultivo, uso inadequado das terras, áreas interioranas em conflito com a legislação.

Para reunir as informações nas Secretarias Municipais, é preciso definir os responsáveis para coleta de dados de cada secretaria (quem faz o que?). As informações reunidas são registradas e analisadas para serem registradas na base cartográfica.

### **Como sistematizar e interpretar as informações?**

A sistematização é o momento quando os dados, tabelas, textos reunidos são espacializados (registrados) nas bases cartográficas ou resumidos na forma de gráficos, com isso, objetiva-se apresentar as informações técnicas em linguagem mais acessível.

Mas, devido ao volume de informação e ao curto prazo de tempo, esse procedimento não pode ser atribuição de um reduzido número de técnicos. A estratégia, então, é realizar um mosaico com informações provenientes de diversas secretarias. Cada Secretaria recebe uma base em branco para assim compor o seu mapa.

- (a) Secretaria de Obras e Infra-estrutura
  - a. Mapa de uso e ocupação do solo (já realizado)
  - b. Mapa de abastecimento de água (já realizado)
  - c. Mapa de esgotamento sanitário (já realizado)
  - d. Mapa de rede elétrica (já realizado)

- e. Mapa de rede telefônica (já realizado)
- f. Mapa de pavimentação (já realizado)
- g. Mapa de coleta de resíduos sólidos (já realizado)
- h. Mapa de rede de equipamentos urbanos e comunitários (já realizado)
- i. **Mapa do sistema viário** realizado em parceria com o Detran para identificação das áreas de conflito de trânsito que necessita de sinalização ou reestruturação urbana.
- j. **Mapa do perímetro urbano** com a incorporação de áreas, prevendo a expansão urbana.
- k. **Mapa de drenagem urbana** identificação em campo dos locais com alagamento devido ao período chuvoso.
- l. **Mapa de acessibilidade** identificação dos locais prioritários para a reestruturação devido ao grande fluxo de pedestres ou devido aos acidentes de trânsito.
- m. **Mapa das atividades econômicas formais e informais** localização das feiras, etc
- n. **Mapa das áreas de risco**
- o. **Mapa da evolução urbana** com base em dados históricos do município.
- p. **Mapa de densidade populacional**

(b) Secretaria de Saúde possui:

- a. Mapa de equipamentos públicos e comunitários (já realizado): dados sobre a localização dos postos de saúde.
- b. **Mapa de distribuição de renda:** os Agentes Comunitários de Saúde - ACS's - possuem a renda familiar da suas microáreas.
- c. Mapa de esgotamento sanitário (já realizado): os ACS's possuem a informação sobre as famílias contempladas com esgotamento sanitário e banheiro.
- d. Mapa de abastecimento de água (já realizado): os ACS's possuem a informação sobre as famílias contempladas com abastecimento de água.
- e. **Mapa da poluição** a Vigilância Sanitária, possui as informações sobre os pontos de lançamento de esgotos, localizando as áreas impróprias utilizadas para a criação de animais, depósito inadequado de resíduos sólidos, hospitalares e industriais.
- f. **Mapa das áreas de risco de veiculação de doenças.**

(c) Secretaria de Educação

- a. **Mapa de escolaridade** áreas com os números de crianças atendidas.
- b. **Mapa da distribuição das escolas e creches** com a localização das escolas e creches.
- c. **Mapa do perímetro histórico** realizado com base em informações da evolução urbana do município.
- d. **Mapa das potencialidades turísticas culturais.**

(d) Secretaria de Meio Ambiente

- a. Mapa das áreas de proteção ambiental, disponível no site do IBAMA ([www.ibama.org.br](http://www.ibama.org.br))
- b. Mapa das reservas extrativistas, disponível no site do IBAMA ([www.ibama.org.br](http://www.ibama.org.br))
- c. Mapa das reservas de comunidades tradicionais disponível no INCRA.
- d. **Mapa das potencialidades turísticas naturais.**

(e) Secretaria de Ação Social

- a. **Mapa de distribuição de renda:** assim, como os ACS's, os assistentes sociais, possuem a renda familiar da área urbana do município.

(f) Secretaria de Tributos

- a. Mapa de uso do solo (já realizado): localização das áreas residenciais e comerciais.
- b. **Mapa de usos dos lotes.**

(g) Secretaria de Agricultura

- a. Base cartográfica do município (área urbana e rural) – já realizado.
- b. **Mapa de inserção regional.**
- c. **Mapas das áreas impróprias para ocupação rural.**
- d. **Mapa de uso das terras.**
- e. **Mapa de adequabilidade dos usos das terras.**
- f. **Mapa de situação legal dos usos das terras.**

As diretrizes regionais serão discutidas no III Fórum, quando será apresentado o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Pará.

### **Onde encontrar dados para consulta e pesquisa?**

Podem ser consultados pela internet os seguintes sites com informações dos municípios do Estado do Pará.

- Portal Municipal – [www.portalmunicipal.org.br](http://www.portalmunicipal.org.br)
- IBGE – [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- IPEA – [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)
- PNUD – [www.pnud.org](http://www.pnud.org)
- EMBRAPA – [www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)
- Ministério do Exército – [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br)
- INPE – [www.inpe.br](http://www.inpe.br)
- Ministério do Meio Ambiente – [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)
- IBAMA – [www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)

· ANA – Agência Nacional das Águas – [www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

### **O que fazer com as informações?**

As informações coletadas são espacializadas (registradas) em mapas temáticos ou gráficos (ver [www.portal-municipal.com.br](http://www.portal-municipal.com.br)) que serão apresentados em linguagem acessível para a população objetivando ser complementado pela leitura comunitária.

### **Qual a estrutura do relatório da leitura técnica?**

Na tentativa de subsidiar a estruturação e elaboração do relatório de leitura, apresenta-se um sumário para contribuir na sistematização das informações.

## **Sumário do Relatório de Leitura Técnica da Realidade Municipal**

Apresentação

Introdução

*(Qual o objetivo do relatório?, Para que serve o relatório de leitura? Resumidamente, quais as informações do relatório?)*

1. Localização do Município no Estado

*(Identificar as coordenadas, os limites geográficos, citar os municípios limítrofes, apresentar um mapa do Estado do Pará com a localização do município)*

2. Caracterização física

*(Descrever as características físicas do município tais como relevo; tipo de solo; hidrografia e vegetação, utilizando, para tanto, os mapas existentes no município)*

3. Evolução Histórica

*(Através do mapa de evolução urbana, descrever o processo de ocupação do território, quais as áreas ocupadas inicialmente, qual a área mais recente, para aonde o município está crescendo, quais as áreas históricas, qual o perímetro histórico do município?)*

4. Crescimento e dinâmica populacional

*(Analisar nos gráficos e tabelas do IBGE de 1960 a 2000 - ver [www.portal-municipal.org.br](http://www.portal-municipal.org.br) – com o objetivo de identificar a resposta as seguintes perguntas:*

- houve algum período de explosão demográfica?*
- Quais áreas se expandiram? Periferia? Áreas consolidadas? Áreas de preservação ambiental?*
- Houve algum período de retração demográfica? Quais áreas foram atingidas durante esse processo?*
- Quais áreas se retraíram? Periferia? Áreas consolidadas? Áreas de preservação ambiental?*
- A taxa de crescimento populacional é alta ou baixa? Quais as áreas que cresceram com maior*

*rapidez? Obs.: o mapa da evolução histórica também consegue responder a essa pergunta.*

*- Quais as áreas que a população mais cresceu? Quais as áreas saturadas, mais densas, ou seja, com maior número de moradores por km<sup>2</sup>? Quais os bairros com maior crescimento demográfico?*

*- É interessante comparar os dados das áreas com maior crescimento demográfico.*

*As respostas a essas perguntas mostrarão as áreas com maior fluxo migratório, e que nas proposições poderão ter normas urbanísticas diferenciadas (coeficiente de aproveitamento, recuos, área construída etc.) e, ainda a velocidade do crescimento e a sua direção serão informações importantes para delimitação do perímetro urbano.*

## 5. Sistema Viário

*(O mapa de sistema viário mostrará as áreas: não contempladas com transporte coletivo, áreas de estrangulamento do tráfego, áreas com alto fluxo de pedestres, motos e bicicletas. O objetivo é identificar qual a área prioritária para reestruturação do trânsito, ou carente de sinalização).*

*- Quais as prioridades para melhoria da integração viária entre setores da cidade?*

*- Quais as áreas em que devem ser priorizadas a implantação de ciclovias e ciclofaixas?*

## 6. Infra-estrutura

*(Os mapas de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo, rede elétrica, pavimentação, drenagem pluvial, identificará as áreas mais carentes em infra-estrutura).*

## 7. Meio Ambiente

*(A comparação entre os mapas de áreas de preservação e das áreas em conflito com a legislação identificará as áreas em processo de desmatamento ou de ocupação irregular. Elenca-se ainda, os focos de poluição de acordo com o mapa de poluição e comparando com mapa das áreas impróprias a ocupação, mapa do tipo de solo, mapa dos recursos hídricos, mapa das áreas de preservação ambiental se identifica as áreas adequadas para cemitérios e depósitos de lixo). As áreas de uso industrial poluentes.*

## 8. Habitação

*(A comparação dos mapas das áreas de baixa renda, áreas sem abastecimento de água, ou esgotamento sanitário, áreas sem pavimentação, apresentará os assentamentos precários do município. Essas informações são importantes para a delimitação das Áreas de Interesse Social (áreas prioritárias no atendimento a programas e projetos habitacionais e para serem integrados a malha urbana). Mas atenção!!!. Nem toda área carente será delimitada como AEIS ou ZEIS, o mapa de área de risco e de infra-estrutura contribuirão para definir quais as áreas que não podem ser regularizadas). Quais as áreas de risco ou de difícil solução para o saneamento e infraestrutura?*

*O mapa da situação dos lotes, com as áreas não loteadas ou com loteamentos irregulares serão utilizados para estabelecer as diretrizes urbanísticas dessas áreas. Delimitação das áreas de alto e médio padrão, para definição das normas urbanísticas (menor taxa de ocupação, lotes maiores, gabaritos menores, etc.)?*

*Lotes vazios e, subutilizados para aplicação do parcelamento e edificação compulsórios.*

## 9. Saúde

*(Análise comparativa entre os mapas de esgotamento sanitário, abastecimento de água, pavimentação, as áreas de risco de doenças para identificação das áreas prioritárias para as diretrizes de políticas públicas).*

## 10. Educação

*(O mapa das crianças atendidas nas creches( 0 a 6 anos ), pré-escola ( 4 a 6 anos ), pelo ensino fundamental ( 7 a 14 anos ), e escolas estaduais, ensino médio ( 15 a 18 anos ). Quais as escolas com número superior de alunos, onde estão localizadas, quais as escolas com grande evasão escolar?. Essas informações serão fundamentais para identificar no Plano Diretor, quais as áreas para delimitação do Direito de Preempção para ampliação de escolas, ou qual área, de acordo com a demanda reprimida seria apropriada a construção de nova escola (área urbana e rural)e, ainda, qual local a construção de uma escola atenderia o maior número de crianças sem acesso à educação.*

## 11. Lazer

*Quais as áreas mais carentes de espaço de lazer e centros comunitários, de acordo com o mapa de uso do solo.*

## 12. Análise da legislação

*Quais as áreas de preservação ambiental invadidas ou com recurso naturais relevantes áreas do patrimônio cultural deteriorado. Para possível delimitação das áreas para aplicação da Transferência do Direito de Construir.*

*Análise da legislação municipal, para identificação das principais diretrizes e normas estabelecidas para serem reavaliadas na audiência pública (caso as informações da lei estejam desatualizadas ou sem aplicabilidade, o plano diretor estabelecerá novas diretrizes e a lei orgânica deverá ser revista).*

## 13. Área interiorana

*As áreas com demarcação de cultivos é importante para definir os eixos de desenvolvimento do município, pois as atividades econômicas rurais podem afetar diretamente a área urbana, como por exemplo, o turismo, necessitando a elaboração de diretrizes para infra-estrutura. Portanto, este é o momento de também definir diretrizes para as áreas rurais.*

## 14. Análise dos planos setoriais, programas, projetos, obras, ações e atividades de órgãos e unidades governamentais

*Identificação das principais diretrizes estabelecidas nos planos, programas e ações municipais, estaduais e federais.*

Considerações finais

Anexos

Referência bibliográfica

## REALIZANDO A LEITURA COMUNITÁRIA

---

A leitura da Realidade Municipal deve contemplar, não apenas, a análise dos dados técnicos e estatísticos. Algumas informações existentes na paisagem e no cotidiano da população, muitas vezes, ainda não registradas ou sistematizadas, são importantes para a compreensão dos valores, símbolos, necessidades e ações de uma coletividade.

### **O que é leitura comunitária?**

A leitura comunitária é a percepção da realidade do município feita por seus cidadãos.

### **Quem participa da leitura comunitária?**

TODOS! Durante o processo de elaboração do plano diretor estão garantidos diversos espaços para a participação (reuniões, audiências públicas), onde os problemas, potencialidades e conflitos são discutidos por diferentes representantes da sociedade civil (empresários, profissionais, trabalhadores, movimentos, populares, organizações não governamentais, sociedade civil organizada, grupos de jovens, maçonaria, igrejas, conselhos etc.). Dessa forma busca-se conhecer visões e modos de pensar diferentes.

### **Qual finalidade da leitura comunitária?**

Conhecer e interpretar com mais precisão, a realidade local, através dos registros de memória, da cultura e da vivência de diferentes segmentos que compõem a sociedade local.

Com mais informações sobre a situação atual do município, pode-se iniciar a elaboração e discussão das possíveis alternativas e propostas para solução dos problemas e potencialidades detectados, e assim, subsidiar a construção dos eixos estratégicos de desenvolvimento do município.

A leitura comunitária também é uma forma de envolver e capacitar a comunidade no processo de elaboração do seu Plano Diretor, por intermédio da realização de reuniões onde, inicialmente, representantes do Núcleo Gestor Local apresentam, em linguagem clara e objetiva, as informações (mapas e gráficos) da leitura técnica.

### **Qual o conteúdo básico?**

É importante que as reuniões comunitárias contribuam para responder algumas perguntas que complementarão a leitura técnica, tais como:

- Quais os problemas que afligem o município e sua população?
- Quais as principais demandas da população não atendidas pelo Poder Público?
- Quais os problemas de circulação e acessibilidade existentes nos locais de maior fluxo de trânsito?
- Quais são os locais mais críticos no que se refere às localidades das áreas interioranas?
- Onde estão localizadas as moradias precárias nas áreas urbanas e interioranas?
- Quais as áreas degradadas ambientalmente no município (área urbana e rural)?

- Quais os usos e impactos positivos e negativos no município (área urbana e rural)?
- Quais as potencialidades turísticas do município?
- Quais as atividades informais em crescimento?
- Quais são os conflitos de interesse existentes no município?
- Quais foram as mudanças ocorridas no município (áreas urbana e rural)?
- Qual o potencial cultural dos municípios (danças, costumes, artesanato existentes em diferentes comunidades)?
- Quais as áreas públicas e privadas de lazer municipais (feiras, praças, eventos etc.)?

### **Quais as possíveis estratégias para realização da leitura comunitária?**

O Estatuto da Cidade, nos artigos 40, § 4º e 43, determina a obrigatoriedade da participação popular e da publicidade nos processos de elaboração de planos diretores.

Considerando esses artigos, o Conselho das Cidades aprovou em 18 de março de 2005, a Resolução nº 25 que define, no artigo 4º, os requisitos para a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos durante o processo participativo de elaboração do plano diretor. Os principais aspectos a serem destacados são:

- ampla comunicação pública, em linguagem acessível, por meio dos meios de comunicação social de massa disponíveis:

Os documentos e informações produzidos durante o processo devem ser amplamente divulgados.

A etapa de leitura, tanto técnica quanto comunitária, deve ser divulgada, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação disponíveis no município.

- ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor com antecedência de no mínimo 15 dias:

Para que a mobilização seja eficiente e a participação representativa, as reuniões comunitárias e a audiência pública devem ser planejadas e as lideranças comunitárias mobilizadas.

Como essas reuniões e a audiência devem ser divulgadas com uma antecedência de 15 dias, é necessário, portanto, a elaboração do cronograma geral das reuniões.

Alguns aspectos básicos da mobilização e divulgação merecem ser considerados, tais como:

- frases dos convites que motivem a população a participar (Ex.: VENHA SE VER NO MAPA DO NOSSO MUNICÍPIO!).
- locais e horários das reuniões da etapa podem ser divulgados juntos ou separados;
- mensagens específicas para diferentes atores sociais (Ex.: ALUNOS PARTICIPEM DAS ATIVIDADES NA SUA ESCOLA! PERGUNTE A SEU PROFESSOR O QUE É PLANO DIRETOR!).
- destaque do dia e horário da divulgação do resultado da reunião (Ex.: OS RESULTADOS SERÃO APRESENTADOS EM AUDIÊNCIA PÚBLICA DIA XX, AS XX:00).

- usar a criatividade para despertar a curiosidade da população.

· publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo:

Das atas realizadas em todas as reuniões comunitárias serão retiradas as principais informações discutidas para serem, então, encaminhadas à imprensa ou aos meios de difusão. Todas as reuniões comunitárias devem ter seu conteúdo divulgado e o registro fotográfico realizado. O esforço em realizar a publicação na imprensa escrita é importante para o registro e a memória de todo o processo.

O artigo 4º da Resolução nº 25 do Conselho das Cidades define que a organização do processo participativo deverá:

· realizar os debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, tais como bairros, distritos, setores entre outros;

Objetivando contribuir para a diversidade de atores sociais no processo de elaboração do Plano Diretor, as reuniões comunitárias devem ser realizadas por segmentos (empresários, movimentos sociais, representantes do poder legislativo etc). Os debates para refletir sobre temas relevantes de cada município (ex. reservas extrativas; áreas de preservação ambiental, turismo etc.) também devem ser alvo de atividades (reuniões, audiências).

As reuniões dos bairros e distritos podem aproveitar o zoneamento dos agentes comunitários de saúde ou dos conselhos (saúde, educação, merenda escolar). Assim como os debates podem ocorrer logo após as reuniões já existentes dos conselhos, associações, colônias etc.

· garantir a alternância dos locais de discussão.

Dependendo do local da reunião, a participação da população pode ficar prejudicada (quando, por exemplo, a população necessita de transporte para realizar o deslocamento). Na tentativa de reunir, durante o processo, a população de diversas localidades, às vezes é interessante alterar os locais das reuniões para possibilitar que pessoas que não foram em uma reunião participem da outra.

De acordo com o artigo 6º, as proposições resultantes de processos democráticos (reuniões, conferências, congressos da cidade, fóruns, conselhos, orçamento participativo) devem ser articuladas e integradas ao processo de elaboração do Plano Diretor.

Durante as reuniões comunitárias as proposições que surgirem, relacionadas a construções coletivas devem ser registradas. As informações recorrentes precisam ser destacadas como temas preliminares que serão discutidas com mais intensidade na etapa de seleção

As ações de sensibilização, mobilização e capacitação referentes ao processo participativo de elaboração do Plano Diretor devem ter, preferencialmente, como público alvo, as lideranças comunitárias, movimentos sociais, profissionais especializados, entre outros atores sociais, segundo o artigo 7º.

Para tanto, algumas dinâmicas e materiais podem ser utilizados durante o processo de realização da leitura comunitária.

Como meio de capacitação das lideranças e da população local, os mapas temáticos devem ser apre-

sentados nas reuniões e audiência pública de forma clara e objetiva. Ou seja, as apresentações devem ser resumidas, substituindo, sempre que possível, os termos técnicos por sinônimos que facilitem a compreensão de todos e a assimilação das informações sobre o município, bairro ou localidade.

O levantamento fotográfico dos principais aspectos locais é de fundamental importância para inserir na apresentação (somando-se aos mapas), e ainda, para ilustrar o relatório da realidade municipal.

Determinadas dinâmicas e alguns materiais possibilitam o intercâmbio de informações entre os técnicos e a população durante as reuniões comunitárias, tais como:

- Construir mapas temáticos da cidade, com elementos oferecidos pelos participantes;
- Usar fotos antigas e atuais, para visualizar mudanças e diferenças;
- Oferecer equipamento fotográfico, para que os interessados façam registros pessoais dos pontos importantes e/ou problemáticos da cidade;
- Fazer e apresentar entrevistas e pesquisas, resgatar a história;
- Ministras aulas, realizar teatros ou oficinas de arte (desenho ou maquetes da cidade).

As audiências públicas do processo de elaboração de plano diretor têm por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor Participativo. O artigo 80 estabelece como requisitos mínimos para realização dessa atividade:

- publicação de edital, utilizando a imprensa local e os meios de comunicação de alcance no município;
- ocorrer em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- serem dirigidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, que após a exposição de todo o conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;
- garantir a presença de todos os cidadãos e cidadãs, independente de comprovação de residência ou qualquer outra condição, que assinarão lista de presença;
- serem gravadas e, ao final de cada uma, lavrada a respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser anexados ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Conforme artigo 9º, a audiência pública poderá ser convocada pela própria sociedade civil quando solicitada por no mínimo 1 % (um por cento) dos eleitores do município.

### **Como sistematizar as informações?**

Os mapas temáticos e os gráficos serão apresentados nas reuniões comunitárias. A utilização de fotografias para ilustrar o material da apresentação é de extrema importância para estimular as discussões e esclarecer o conteúdo exposto.

Esta é a oportunidade de capacitação mútua. As lideranças comunitárias e a comunidade local obtêm as informações sobre a leitura técnica e, por outro lado, ratificam ou complementam as informações apresentadas.

Os fatos ocorridos, as informações complementares, os temas e propostas preliminares surgidas durante as

reuniões serão registradas em atas, claras e precisas.

O relatório de leitura comunitária caracteriza-se pela sistematização de todas as atas das reuniões comunitárias. É importante definir os aspectos centrais que se deseja sistematizar e ilustrar o texto, sempre que possível, com fotos ou desenhos.

### **Qual a estrutura do relatório?**

Como subsídio segue a estruturação do relatório de leitura comunitária, através de um sumário exemplificativo.

## **Sumário do Relatório de Leitura Comunitária da Realidade Municipal**

Apresentação

Introdução

*(Qual o objetivo do relatório? Para que serve o relatório de leitura comunitária? Resumidamente, quais as informações do relatório?)*

1. Temas preliminares discutidos nas reuniões

*(identificar os temas abordados nas reuniões - saneamento, abastecimento de água, habitações precárias, meio ambiente, atividades econômicas etc. Registrando as comunidades e seus temas mais citados.)*

2. Propostas preliminares

*(registro das propostas de melhoria da comunidade e do município, surgidas nas reuniões).*

3. Necessidades registradas

*(identificação dos problemas e principais demandas não atendidas - circulação, acessibilidade, áreas degradadas ambientalmente, impactos positivos e negativos etc. Quais as necessidades apontadas pelas comunidades?)*

4. Potencialidades apontadas

*(potencial econômico, turístico, ambiental, cultural etc. Quais as potencialidades e alternativas apontadas pela comunidade)*

5. Conflitos de interesse

*(identificação das principais áreas de conflito de interesses no município – entre comunidades ou entre segmentos sociais))*

6. Mudanças territoriais

*(identificação das principais mudanças ocorridas no território que foram percebidas pela população. O que mudou? Quais os motivos da mudança? Quais os aspectos positivos e negativos dessa mudança?)*

7. Atividades de lazer

*(quais as atividades e locais de lazer da comunidade?)*

Considerações finais

Anexos (atas)

## REALIZANDO A LEITURA COMUNITÁRIA

### O que é leitura compartilhada da realidade municipal?

É a reunião dos principais problemas, conflitos e potencialidades de todo o território do município detectado por diferentes visões da realidade (técnicos e sociedade civil).

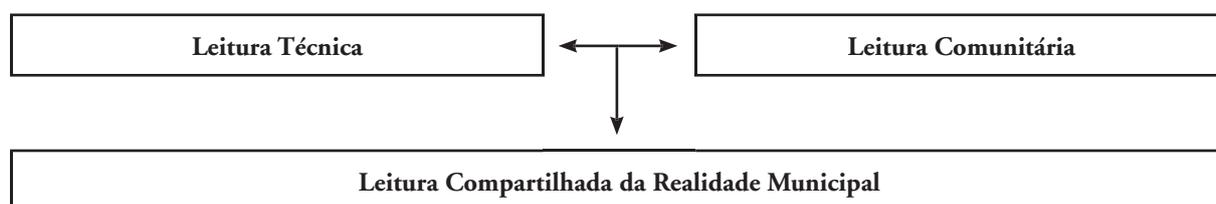
A sugestão é sobrepor as leituras técnicas e comunitárias confrontando visões, identificando informações e referências convergentes e divergentes.

A sistematização da leitura compartilhada é realizada pelos técnicos municipais, supervisionada e validada pelo Núcleo Gestor, e os resultados subsidiarão a terceira etapa de elaboração do Plano Diretor (seleção dos temas prioritários).

### Quais os objetivos da leitura compartilhada?

A leitura compartilhada objetiva:

- Facilitar o acesso à informação por parte da população;
- Estimular a discussão sobre o município;
- Compartilhar o conhecimento da realidade local.



### Qual a importância da audiência pública?

Este é o momento de interagir as informações da leitura técnica com as da leitura comunitária. Os principais temas discutidos nas reuniões devem ser divulgados antes da audiência pública.

A participação da população na audiência, ao final da etapa de Leitura, é fundamental para consolidar a reflexão do “município que temos” e compartilhar o conhecimento do território.

A apresentação das questões centrais deve ser ilustrada com mapas e fotos, prevendo-se espaços para discussões ou complementações.

### Qual a próxima etapa do processo de elaboração do Plano Diretor?

Os resultados da Leitura da Realidade Municipal são sistematizados pela coordenação reunidos em um documento síntese e levado para novas rodadas de discussão nos diferentes fóruns de debates, priorizando e pactuando as propostas. A partir da fase de leitura serão definidos os temas prioritários para o futuro da cidade e para a reorganização territorial do município.

